



Índice

- 01 Carteira do Corinthians com índios isolados
- 02 “Não vamos arredar o pé daqui”, diz líder indígena em bloqueio
- 03 Rondônia realizará o primeiro concurso público específico para professores indígenas
- 04 Marlui Miranda lança álbum de cantigas de ninar indígenas em shows no Sesc
- 05 Índios e afrodescendentes discutem problemas no coração do Brasil
- 06 Servidores do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) recebem o secretário Antônio Alves para tratar de pauta do setor
- 07 Brique Solidário é realizado na Terra Indígena Ligeiro em Charrua
- 08 Itaporã: Transporte Escolar indígena é suspenso por medida de segurança
- 09 Com quase um milhão de índios, País ainda surpreende com descoberta de novas tribos
- 10 Enfermeiros de Bonito recebem capacitação do Ministério da Saúde
- 11 Dourados tem 800 crianças indígenas fora da escola
- 12 Itesp participa de evento assentamentos e quilombos
- 13 Seind viabiliza participação indígena em feira internacional
- 14 Morosidade, paralisação, redução de Terras Indígenas... Está na hora de um ponto final



- 15** Com 17 equipes indígenas, Copa das Árvores começa em 7 de agosto
- 16** Gestores da Seduc recebem lideranças indígenas
- 17** Organizações indígenas recebem capacitação para projetos
- 18** Boletim Mundo: Justiça Federal suspende decisão que determina retirada de invasores em Terra Indígena Krikati no Maranhão
- 19** Livro-reportagem "Marãiwatsédé: A trajetória Xavante na luta pela terra" é apresentado em Congresso de Jornalismo Investigativo
- 20** Índios isolados podem ser exterminados no Acre por despreparo da Funai
- 21** Equador – Povo indígena cobra do Estado medidas de reparação por exploração de recursos naturais
- 22** Quilombola avança na titulação de suas terras em Costa Marques
- 23** Comunidade quilombola recebe posse de área em Maragogipe
- 24** Surto de garimpo destrói floresta e divide índios no Pará
- 25** MS – Justiça suspende reintegração de área retomada pelos Terena na Terra Indígena Pilad Rebuá
- 26** Questão indígena ganha destaque no terceiro dia da Flip
- 27** No RS, Campos foge de questão indígena e poupa Marina
- 28** Aguilera destaca programa ambiental criado pela Coordenadoria Indígena
- 29** Mais um indígena morre atropelado na Perimetral Norte
- 30** Novo conflito na Reserva Indígena do Ligeiro em Charrua



Carteira do Corinthians com índios isolados

SÍTIO TRIBUNA ON LINE, 31.07.2014

Como ela foi para ali? É isso que muita gente tem se perguntado desde que uma carteira com o escudo do Corinthians foi encontrada com índios de uma tribo isolada que vive na fronteira do Acre como Peru.

Esses não foram os únicos objetos inesperados que servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) encontraram com os índios. Os servidores avistaram uma caixa de fósforos, parafusos e porcas, entre outras coisas que não foram produzidas pelos indígenas de posse deles. Os objetos foram reunidos, fotografados e devolvidos em seguida.

De acordo com a Funai, não é possível saber de que forma os índios tiveram acesso aos materiais, mas algumas hipóteses foram levantadas. Entre elas, a de que grupos de madeireiros ou narcotraficantes tenham passado pelo local.

"Ou eles perderam e os isolados encontraram, ou os índios subtraíram de algum acampamento próximo da região", informou a Funai por meio de sua assessoria.

Um levantamento feito pelo antropólogo Terri Aquino em alguns rios acreanos na fronteira com o Peru, aponta que os saques feitos por isolados aumentaram entre 1980 a 1989 e 2006 a 2013.

Uma das hipóteses é que, quando ameaçados, eles busquem por essas 'tecnologias'. As ameaças estão relacionadas à exploração de madeira, petróleo, narcotráfico e construção de estradas que pressionam uma aproximação com as aldeias de índios já contatados.

Os funcionários da Funai relataram ainda que tentaram trocar objetos com os índios, mas não tiveram sucesso.



“Não vamos arredar o pé daqui”, diz líder indígena em bloqueio

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 31.07.2014

Desde a manhã de ontem (30), os educadores indígenas bloqueiam a rodovia MS-156, que liga Dourados a Itaporã, e a liderança afirmou ao Dourados News que vão continuar com o bloqueio até o prefeito Murilo Zauith (PSB) ir ao local para conversar com eles.

“Não iremos arredar o pé daqui, pretendemos ficar acampados aqui no bloqueio mais uma noite”, disse a liderança indígena, Laucídio Ribeiro Flores.

A passagem na rodovia foi trancada com galhos, pneus e outros obstáculos que obrigam os motoristas a pegarem rotas alternativas para conseguirem chegar a seus destinos. A mobilização acontece no ponto que dá acesso a aldeia Jaguapiru.

Indígenas de toda a reserva de Dourados protestam por mais investimentos na educação no local, acusando falta de salas de aula, o que prejudica o atendimento à demanda de mais de quatro mil alunos. (Douradosnews)



Rondônia realizará o primeiro concurso público específico para professores indígenas
SÍTIO CEDEFES, 31.07.2014

Após diversas reuniões e reivindicações dos índios, o primeiro concurso público específico para professores, técnicos e sabedores indígenas no Brasil teve o contrato firmado e será realizado em Rondônia através da Secretaria de Estado da Educação (Seduc). O edital do concurso está em fase de elaboração pela Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt (Funcab) e em breve será divulgado.

Em 2010 foi criada a Lei Complementar Estadual 578, que garante a educação para os povos indígena, criando quadro de educadores e técnicos indígenas fazendo com que os mecanismos de conhecimento das diferentes etnias e aldeias sejam respeitados e repassados por meio de integrantes do próprio povo.

Desde então, inúmeras reuniões foram realizadas com representantes da Organização dos Professores Indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso (Opiron), Seduc, Ministério Público Federal (MPF) de Rondônia e Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos (Searh) para alinhar as solicitações das comunidades indígenas junto com a legislação e, então, firmar a realização do concurso.

Inicialmente, de acordo com a gerente do Recursos Humanos da Seduc, Rita Ramalho, o concurso ofertará 130 vagas para técnicos, professores níveis superior, magistério e especial – entendido como sabedor indígena. Além disso, Rita afirma que haverá também quadro reserva com previsão de futura ampliação de contratação. “Este edital terá um formato diferenciado dos concursos convencionais, com intuito de garantir as especificidades dos povos indígenas”, explica.

O secretário de Estado da Educação, Emerson Castro, avalia a conquista como um grande passo para a educação não só em Rondônia, como no Brasil. “Mesmo sendo o Estado com o maior número de etnias do país, ainda tivemos certas complexidade do certame. Mas planejando, trabalhando e dialogando, mostramos que é possível avançar na segurança do direito à educação para todos”, finaliza.

Fonte: Rondônia Dinâmica



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

Marlui Miranda lança álbum de cantigas de ninar indígenas em shows no Sesc

SÍTIO UOL, 31.08.2014

A cantora Marlui Miranda, reconhecida como intérprete e pesquisadora da música indígena, lança neste sábado (2) e domingo o CD "Fala de Bicho, Fala de Gente: Cantigas de Ninar" em shows no Sesc Santana, na zona norte de São Paulo. Os ingressos custam R\$ 20 (inteira).

O álbum traz 15 músicas compostas a partir de cantigas de ninar feitas por índios da tribo Juruna.

No palco, Marlui é acompanhada dos jurunas Tarinu e Yabaiwa, vindos do Xingu, que se apresentarão cantando e tocando flauta. O show também terá participação especial do músico norueguês John Surman, no sax, clarone e flautas.

"O registro das obras tem enorme importância para formação de um acervo. A cultura indígena sempre foi transmitida por via oral. São mais de 400 canções. No povo Juruna todos cantam, dançam e tocam as flautas", observa Marlui.

Serviço

Marlui Miranda

Quando: dias 2 e 3 de agosto, sábado às 21h, domingo às 18h

Onde: Sesc Santana - Avenida Luiz Dumont Villares, 579, Santana

Quanto: R\$ 20 (inteira); R\$ 10 (usuário inscrito no Sesc e dependentes, +60 anos, estudantes e servidor de escola pública com comprovante); R\$ 4 (trabalhador no comércio de bens, serviços e turismo matriculado no Sesc e dependentes)

Horário de funcionamento da bilheteria: De terça a sábado, das 9h às 21h e domingos e feriados, das 10h às 18h.

Duração: 90 minutos

Mais informações: (11) 2971-8700.



Índios e afrodescendentes discutem problemas no coração do Brasil

SÍTIO OLHAR DIRETO, 31.07.2014

EFE

Etnias indígenas e o maior grupo de afrodescendentes do Brasil estão neste mês no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros para discutir problemas em comum e os desafios de seus povos.

Há dias, representantes das etnias Fulni-ô, Kayapó, Yawalapiti, Truká, Krahô, Wauará, Kamayurá, Xavante e Kariri-Xocó realizam reuniões e atividades culturais diárias em uma aldeia construída para a ocasião perto de São Jorge, município com 500 habitantes em Goiás.

No 14º Encontro de Culturas Tradicionais, cujo encerramento está programado para o próximo sábado, também participam membros da comunidade quilombola Kalunga, o maior núcleo brasileiro de descendentes de africanos.

Além de realizar ritos religiosos e de expor seus artesanatos, música e dança, os participantes compartilham as dificuldades e desafios de seus povos.

Entre as principais preocupações se destacam o reconhecimento e a demarcação de terras tradicionais, a luta contra o racismo e a preservação da cultura e língua própria.

"Com Dilma Rousseff nossa situação é mais difícil do que com Lula", disse à Agência Efe o cacique Toé da etnia Fulni-ô, que participa do encontro há oito anos.

Um estudo do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) divulgado este mês revelou que o Executivo de Dilma tem a média mais baixa de demarcação de terras indígenas no Brasil do período democrático.

Segundo Toé, seu povo continua enfrentando a invasão de terras por grandes fazendeiros e as autoridades não respeitam a lei que reconhece a justiça indígena dentro de seus territórios.

"Alguns criminosos entram na reserva para fugir da Polícia e a Polícia reage com violência em nossas aldeias", explicou.

"Acreditamos que podemos mudar a sociedade e criar um Brasil diferente a partir da nossa história", afirmou a militante Marta Cezaria, perante um grande grupo de mulheres Kalunga, ao que o líder dos kayapó, Takaruma, respondeu: "Os índios e quilombolas têm que se unir para defender os direitos escritos na Constituição".

Segundo Juliano Basso, principal impulsor do projeto, o objetivo é propiciar o diálogo entre povos tradicionais do Brasil e aproximar sua sabedoria do resto da sociedade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

"O povo brasileiro surgiu da mistura de culturas, mas ficamos com a ideia europeia de desenvolvimento e queremos agregar outras noções diferentes. Aqui vemos a maneira de viver de povos que convivem com a natureza. Continuamos perdendo culturas no Brasil, e quando desaparece um povo se perde a experiência de quem conseguiu criar toda uma tecnologia de vida", avaliou Basso à Efe.

Ele acrescenta que a Aldeia Multiétnica, com choças típicas dos povos Xinguana, Krahô, Kayapó e Fulni-ô, é um exemplo de sustentabilidade, já que são construídas pelos participantes com materiais do entorno e dispõe de horta e galinheiro.

O cuidado do local fica a cargo de uma família Kalunga de quatro membros, encarregada de manter o espaço nos demais dias do ano.

"Os índios não são coisa do passado, mas do futuro. É preciso levar o conhecimento indígena ao conjunto da sociedade", declarou o arquiteto Marcelo Rosenbaum durante visita à Aldeia Multiétnica.

O encontro também fomenta a "economia criativa", que permite às etnias participantes obter renda mediante a troca e a venda de artesanato, além da oficina de pintura corporal.

Os organizadores explicaram à Efe que este ano tiveram que divulgar o evento de última hora por conta da "Copa e das eleições de outubro", que diminuíram o interesse dos patrocinadores e dos organismos públicos para financiar o encontro.

Segundo dados do governo, atualmente há 896.917 índios de 241 etnias e 1.838 comunidades quilombolas no Brasil.



Servidores do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) recebem o secretário Antônio Alves para tratar de pauta do setor
SÍTIO SINTCEF/CEARÁ, 31.07.2014

Em visita institucional ao Ceará, o secretário especial da saúde indígena, Antônio Alves de Sousa, atendeu ao pedido dos servidores do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) em Fortaleza, para esclarecer algumas questões de interesse destes. Cerca de 30 servidores participaram do encontro que ocorreu hoje pela manhã na sede do DSEI/CE.

A principal dúvida era sobre o porquê da minuta do projeto de lei que trata da gratificação de quem trabalha com saúde indígena estar emperrado no Ministério do Planejamento. De acordo com o secretário, a questão é interna, no que diz respeito ao entendimento do governo, neste caso Ministério do Planejamento, em relação à proposta. O texto que está no MPOG foi sugerido pela própria Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Isto é, saiu do próprio governo, foi discutida com os servidores e, embora tenha sido visto a necessidade de algumas alterações, foi votada pela maioria dos servidores para seguir da maneira original, para evitar a demora do trâmite. No entanto, mesmo assim a proposta ainda não foi encaminhada como PL.

Antônio Alves garantiu que lutará por esta questão, bem como por outras reivindicações colocadas pelos servidores, como concurso público e revisão da política de RH da secretaria. Representaram o SINTSEF/CE os coordenadores Luis Carlos Macêdo, Flávio Inácio e Francisca Constância. Também participou da reunião a coordenadora do DSEI Ceará, Meire de Souza Lima.

Confira as fotos em nosso facebook e, em breve, os vídeos com trechos da fala do secretário Antônio Alves estarão divulgados em nosso canal do you tube e site.



Brique Solidário é realizado na Terra Indígena Ligeiro em Charrua

SÍTIO JORNAL BOA VISTA, 31.07.2014

Nesta quarta-feira (30/07) foi realizado o Brique Solidário na Terra Indígena do Ligeiro, no município de Charrua, envolvendo cerca de 70 famílias indígenas. Durante a ação, indígenas da comunidade trocaram materiais recicláveis por peças de roupas, sapatos e bolsas. Crianças, jovens, mulheres e homens compareceram ao ginásio da comunidade para levar o material que haviam coletado. Como troca, puderam escolher roupas, como camisas, calças, vestidos e bolsas.

O objetivo foi contemplar famílias que necessitavam de roupas e agasalhos e integrá-las na ação através da coleta de resíduos para reciclagem, a fim de contribuir para com o destino adequado dos resíduos e com a limpeza do ambiente de sua própria comunidade.

O Brique Solidário foi promovido pela Emater/RS-Ascar e pela Obra Santa Marta de Erechim e contou com a parceria da Prefeitura de Charrua, através da Secretaria de Agricultura e do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Vigilância Ambiental e ainda lideranças da comunidade. As agentes de saúde da comunidade, professoras da escola Fág Mág e extensionistas da equipe do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Charrua auxiliaram na divulgação e na mobilização das famílias para coletarem os materiais recicláveis para o brique.

Todo o material coletado pelos indígenas do Ligeiro, como garrafas PETs, papéis, latinhas e vidros, foi repassado para a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (Arcan), como forma de retribuição à comunidade do bairro Progresso, uma vez que as doações foram feitas pela Obra Santa Marta, ambas localizadas no bairro Progresso, em Erechim.



Itaporã: Transporte Escolar indígena é suspenso por medida de segurança

SÍTIO ITAPORÃ HOJE, 31.07.2014

Temendo represália aos estudantes moradores na reserva indígenas que frequentam as escolas públicas de Itaporã, e por medida de segurança, o prefeito Wallas Milfont (PDT), determinou que a Gerência de Educação de Itaporã, suspendesse o transporte escolar indígena até que a Rodovia MS-156 seja desbloqueada.

A Rodovia MS-156 está bloqueada desde a manhã desta quarta-feira (30), e segundo os educadores indígenas, a via vai permanecer bloqueada caso o prefeito de Dourados Murilo Zauith (PSB) não atendesse a comissão de negociação para tratar de assuntos sobre a greve na educação.

Os educadores reivindicam melhor infraestrutura nas escolas indígenas, nas estradas da aldeia, concurso público específico e diferenciado, piso para 20 horas de trabalho.

Na tarde de ontem, preocupado com os transtornos gerados aos itaporaenses pelo bloqueio da rodovia, o prefeito Wallas Milfont tentou negociar o impasse entre prefeito de Dourados e os educadores, mas nada pode fazer, pois o problema está na esfera administrativa daquele município.

“Somente nas escolas municipais de Itaporã temos 290 estudantes que residem na reserva indígena e são transportados pelos ônibus da municipalidade. A nossa preocupação é pela segurança dessas criancinhas, tememos que alguém possa agir com hostilidade devido ao bloqueio da rodovia, por isso decidimos suspender o transporte até que esse impasse seja resolvido em os educadores indígenas e o prefeito de Dourados”, disse o prefeito Wallas Milfont.



Com quase um milhão de índios, País ainda surpreende com descoberta de novas tribos

SÍTIO R7, 31.07.2014

Para alguns, todos estariam extintos; para outros é chocante viver sem contato com o homem

Do R7

O Brasil conta com uma população de cerca de 818 mil índios, segundo dados de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ainda assim, ocasionalmente são surpreendentes as notícias de descoberta de novas tribos pelo País, como a divulgada pela Funai (Fundação Nacional do Índio) nesta terça-feira (29).

Segundo Dorothea Passeti, professora de antropologia da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), o desconhecimento sobre as tribos ajuda a causar o impacto quando são descobertos novos índios.

— Por um lado, algumas pessoas acham que já foram todos extintos [os índios], que não existem mais, e acham ótimo. Outros acham "como assim? Ainda tem gente que conseguiu viver tanto tempo sem ter contato?", o que, de fato, é uma coisa estranha.

Questionada se a falta de contato é estranha pelo tamanho do Brasil, e ter muito lugar a ser descoberto, ou se temos a noção de controlarmos todos os territórios, a pesquisadora concordou com ambas as teses.

— De fato, tem lugares onde as pessoas conseguem viver sem ninguém saber a não ser aquele grupo que esteja ali.

Leia mais notícias de Brasil no Portal R7

O contato com outros povos também é ambíguo, segundo Dorothea. Para a antropóloga, a descoberta alterará a rotina das tribos.

— Com certeza, eles vão ter mudanças. Por um lado, o apoio dos serviços de proteção ao índio. De outro lado, uma exploração de algum jeito, seja turismo internacional chique, que vai ver um grupo indígena que nunca teve contato...

Dorothea ainda completa dizendo que se pode surgir casos até mesmo de pessoas querendo requerer a terra dos índios para si.

— Até alguém que aparece achando que é o dono da terra onde estão os índios.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

Enfermeiros de Bonito recebem capacitação do Ministério da Saúde

SÍTIO BONITO NOTÍCIAS, 31.07.2014

Curso foi realizado pela Divisão de Atenção a Saúde Indígena.

Nesta terça-feira, cinco enfermeiros das Estratégias da Saúde da Família (ESF) de Bonito participaram da 5ª Capacitação para Executores de Teste Rápido para Sífilis, HIV, Hepatite B e C, realizado pela Divisão de Atenção a Saúde Indígena, em parceria com a Secretária Municipal de Saúde.

O curso, que segue até o dia 1º de agosto, está sendo ministrado na sala de reuniões da Unidade Básica de Saúde Padre José Ferrero e é direcionado aos profissionais que atendem a população indígena de Mato Grosso do Sul.

De acordo com a assessoria da Prefeitura, essa capacitação esta relacionada ao Programa do Ministério da Saúde, Rede Cegonha, em que compete ao enfermeiro a realização do teste rápido de Sífilis e HIV na primeira consulta de pré-natal da gestante.

Com informações da Assessoria da Prefeitura



Dourados tem 800 crianças indígenas fora da escola

SÍTIO O PROGRESSO, 31.07.2014

Professores indígenas fecharam a rodovia MS-156 em protesto. Eles lutam por melhorias na educação pública de Dourados e exigem negociação com a Prefeitura. Ao todo, 4,7 mil alunos disputam vagas em apenas seis escolas

O município de Dourados tem hoje 800 crianças fora da escola nas séries iniciais. Os dados são de profissionais da Educação Escolar Indígena do Município que iniciaram ontem uma onda de protestos e fecharam a MS-156, que dá acesso a Itaporã. O grupo reivindica melhorias urgentes para a educação. Iniciado às 8h de ontem, o bloqueio impediu o trânsito entre Dourados e Itaporã. O prefeito de Itaporã, Wallas Milfont, esteve no local e disse que a população daquele município não pode ser penalizada por uma questão que precisa ser resolvida por Dourados. Ele disse que a situação causa prejuízos porque muitos itaporaenses estudam, trabalham e dependem dos serviços da Saúde.

A comunidade indígena denunciou ao O PROGRESSO, a precariedade da educação indígena. Eles reclamam que as salas estão superlotadas, chegando a comportar mais de 50 alunos, quando a capacidade é de 25. Eles também denunciam os banheiros em péssimas condições e inadequados para uso, salas improvisadas em algumas escolas, onde falta estrutura mínima, como iluminação, ventilação, carteiras, banheiro, péssima qualidade no transporte escolar com ônibus antigos e superlotados e falta de materiais didáticos, pedagógicos e estruturas dignas para atender adequadamente aos alunos. Os professores também denunciam o grande número de professores contratados em contratos precários, sem nenhum direito, ambientes improvisados nas escolas: biblioteca, administração, salas de aula e salas de tecnologia. Eles reclamam ainda da falta da manutenção das estradas, o que prejudica o acesso a ônibus escolares e a frequência dos alunos.

A proposta da comunidade indígena é a de apresentação de plano de valorização dos profissionais da educação, principalmente em relação ao piso de 20 horas, a construção de novas escolas para atender os alunos fora da sala de aula, investimentos no orçamento de 2015 para a elaboração de materiais didáticos, específico e diferenciado para as escolas indígenas, concurso público e aquisição de transporte escolar adequado. Todas as reivindicações foram encaminhadas ao Ministério Público Estadual e Federal, além do Conselho Tutelar de Dourados.

De acordo com uma das lideranças indígenas, o terena Valdines Ribeiro, para tentar driblar a falta de vagas, a comunidade indígena conseguiu com a Prefeitura de Itaporã cerca de 200 vagas para atender crianças indígenas de Dourados. No entanto, segundo ele, o município de Dourados deve garantir que a comunidade local tenha acesso à escola pública.

"É de cortar o coração. Muitas crianças que estão indo para Itaporã pedem para voltar porque
CONT.



sentem dificuldade em se adaptar ao novo ambiente. Precisamos de escolas urgente na aldeia. Só queremos uma educação de qualidade”, destaca.

Para a liderança, todas as dificuldades são motivos de preocupação para as mães. “Hoje temos claro que a educação é o caminho para se conseguir uma vida mais digna. Vejo que quando os alunos não têm esta chance estão expostos a situações preocupantes como drogas e envolvimento em crimes. A educação está sendo negada aos alunos indígenas”, destaca.

Segundo perfil socioeconômico de Dourados 2012, cerca de 30% dos alunos matriculado desistiram ou reprovaram e as lideranças acreditam que o motivo são as péssimas condições nas escolas municipais. O PROGRESSO entrou em contato com a Assessoria da Prefeitura, que até o fechamento desta edição não retornou contato para eventuais esclarecimentos.



Itesp participa de evento assentamentos e quilombos

SÍTIO PORTAL FOLHA REGIONAL, 31.07.2014

São Paulo - No Ano Internacional da Agricultura Familiar, declarado pela ONU, e menos de um mês após a inclusão da Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos (Fepaq) no Calendário Turístico do Estado, por meio da Lei nº 15.511, de 16 de julho, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) leva novamente o evento à Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural (Agrifam).

Nesta 11ª edição da Agrifam, que ocorre de 1 a 3 de agosto em Lençóis Paulista das 8h às 17h, a Fepaq traz duas novidades. Uma delas é o Espaço PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social). Neste estande institucional dois técnicos da Fundação Itesp, vinculada à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, e dois da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, estarão à disposição dos agricultores que quiserem obter a Declaração de Conformidade ao PPAIS (Dconp), documento que permite a agricultores familiares vender ao Estado produtos alimentícios no valor de até R\$ 22 mil por ano, por meio do programa.

A outra é a inclusão na feira, que tradicionalmente traz produtos in natura, processados e artesanatos, de um espaço para produtos processados de consumo imediato, como pães, tapioca, queijos, doces, compotas e bebidas.

Ao todo, cerca de 50 produtores participam da Fepaq, trazendo mercadorias de assentamentos e comunidades remanescentes de quilombos, atendidos pela Fundação Itesp no Estado.

Flores de Holambra

A Associação dos Agricultores Familiares de Artur Nogueira (Aafan) estará presente pelo 6º ano consecutivo na Agrifam e venderá a preços acessíveis plantas e flores da região de Holambra como orquídeas e begônias.

A Aafan é composta por agricultores beneficiários do antigo Banco da Terra, atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A associação conta com dez famílias.

Em São Paulo, o Itesp, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é responsável pela implantação do PNCF, por meio da Unidade Técnica Estadual (UTE).

Prêmio Itesp da Agricultura Familiar

A Fepaq também abrigará a cerimônia de premiação da 3ª edição do Prêmio Itesp da Agricultura Familiar, no dia 2 de agosto, a partir das 11h. Desta vez, o tema é a sustentabilidade da produção nas suas várias dimensões, com prêmios para os agricultores familiares que se destacaram por práticas adequadas e sustentáveis.

CONT.



As categorias deste ano são Bovinocultura de Leite, Produção Vegetal e Comunidade Quilombola; uma quarta categoria, Experiências Locais Relevantes, é composta de iniciativas indicadas pelos Grupos Técnicos de Campo do Itesp e três delas serão sorteadas e premiadas. Todos os semifinalistas das três primeiras categorias e os representantes das experiências locais receberão certificados de participação e serão convidados para a cerimônia de premiação.

Os vencedores receberão os seguintes prêmios: um kit cerca elétrica e um kit irrigação, doados pela Fundação Itesp; dois tratoritos, um oferecido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) e outro pela Elimar Máquinas e Equipamentos, de Campinas, em parceria com a Branco Motores; 120 caixas plásticas para hortifrúti, cortesia da Dot Plast de Cedral; uma chocadeira digital CPA 60, doada pela Pardal Tecnologia para Agroindústria, de Petrópolis (RJ); 10 toneladas de fertilizante orgânico, proporcionadas pela Organosolvi, de Coroados; duas ordenhadeiras mecânicas, uma patrocinada pela Reafrio, de Maravilha (SC), e outra pela Budny Equipamentos Agrícolas de Içara (SC) e pela Elimar Máquinas e Equipamentos; fornecimento de sal mineral por 1 ano, pela Maxi Nutrição Animal; um perfurador de solo da Branco Motores e uma Máquina Costal de 16 litros da Sanmaq, ambos doados pela Jima Sistemas de Irrigação, de Jales; e um kit de irrigação familiar de 500 m2, um oferecimento da Netafim.

O Prêmio Itesp da Agricultura Familiar foi criado em 2012, por iniciativa do diretor executivo da fundação, Marco Pilla. O objetivo é reconhecer, valorizar e dar maior visibilidade aos agricultores familiares, assentados e quilombolas, no Estado de São Paulo, em especial os que adotam práticas sustentáveis de agricultura, além de estimular e fortalecer o trabalho das equipes técnicas que atuam com esses produtores.



Seind viabiliza participação indígena em feira internacional

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 31.07.2014

Sete organizações indígenas do Amazonas participarão da 2ª Mundial Art, feira internacional de artesanato, moda e decoração, que acontecerá de 1º a 10 de agosto, no Centro de Convenções do Manaus Plaza Shopping. Entre os mais de 15 mil itens previstos para ser apresentados na feira, estão produtos indígenas extraídos da fauna e flora da Região Amazônica como colares, pulseiras, brincos, porta-joias, cestos e outros.

A participação indígena é viabilizada pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) e o evento é organizado pelo Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho (Setrab).

Durante os dez dias de feira, os visitantes poderão conferir algumas especificidades culturais por meio do artesanato próprio desenvolvido pelos indígenas da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn); Associação Ihãa-bé; Organização de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé de Manaus (OMISM/Watyaman); Associação Wotchimaücü; Associação dos Artesãos Indígenas Residentes em Manaus (AAIRM); Associação Y'Apurehy e Associação Comunidade Indígena Wanano-Cotiria (ACIWC).

"A participação das organizações no evento é mais uma ação de promoção e proteção do patrimônio cultural indígena", informou o titular da Seind, Bonifácio José Baniwa.

Vitrine - Uma das entidades indígenas a participar pela primeira vez da feira, a Amarn acredita que o evento será uma importante vitrine para a divulgação do trabalho realizado pela organização, que foi criada há 27 anos e tem 58 associadas.

"Nossa expectativa é grande, visto que poderemos melhorar nossa renda e, a partir da recepção do público, fazer uma ampla divulgação da nossa atividade", disse Clarisse Tukano, uma das integrantes da Coordenação de Tesouraria da Amarn.

Além dos produtos arumã (balaio, tiara e anel indígena), os visitantes poderão conferir os espanadores de tucum, pulseiras de açaí e até os filtros de sonho que, segundo a indígena, servem para tirar 'mau-olhado'.

Outros expositores - Além do Brasil, a Mundial Art terá expositores oriundos da Rússia, Índia, Turquia, Paquistão, Egito, China, Japão, Emirados Árabes, Síria, Peru, Bolívia, Equador, Chile, Republica Tcheca, França, Quênia, Itália, Filipinas, Coreia, Tailândia, África do Sul e Senegal.

O Manaus Plaza Shopping localiza-se na avenida Djalma Batista, nº 2.100, Chapada, Zona Centro-Sul da capital amazonense. A feira começa às 14h e prossegue até 22h, com entrada ao preço de R\$ 8. Estudantes e idosos pagam apenas a metade do valor, enquanto crianças até dez anos não pagam.



Morosidade, paralisação, redução de Terras Indígenas... Está na hora de um ponto final

SÍTIO ID LOCAL, 31.07.2014

O achincalhamento à Constituição Federal ganha matizes cada vez mais perversas e assustadoras no que diz respeito ao direito dos povos indígenas às suas terras tradicionais. Não bastasse o ataque violento e sistemático interposto pelo latifúndio, de matiz multinacional, nas figuras de seus conglomerados empresariais, bancada ruralista e entidades de classe, o capítulo "Dos Índios" da nossa Carta Magna vem sendo violado pela práxis do atual governo brasileiro.

Temos insistido que a 'não demarcação' potencializa e eterniza os conflitos e faz aumentar o nível de violações de direitos e violências, inclusive físicas, contra os povos indígenas. Tudo isso vem sendo 'devidamente' provado pela conjuntura político-indigenista em nosso país.

Há muito vimos falando da morosidade governamental na condução de procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas no Brasil. Em si desrespeitosa, a morosidade "evoluiu", recentemente, para uma situação mais gravosa de total paralisação dos procedimentos de demarcação. Temos observado, com tristeza e indignação, que ambas estratégias, no entanto, são apenas parte de uma "decisão de governo" muito mais ampla e mais agressiva aos povos indígenas.

A morosidade e a paralisação dos procedimentos de demarcação mostram-se como etapas 'preparatórias' da práxis, que já está em curso, da "redução das terras indígenas". Nossa constatação é que as maiores vítimas dessa "decisão de governo" são os povos e comunidades que se encontram em situação de maior fragilidade sócio-política. Vejamos.

A morosidade nos procedimentos deixou dezenas de comunidades indígenas, durante anos a fio, em situação de extrema vulnerabilidade, muitas em acampamentos improvisados nas beiras de rodovias, em diferentes regiões do país. O governo visava, com isso, associar o conceito de demarcação, de acordo com o direito dos povos, à eternização de condições degradantes de existência dos mesmos.

Ao mesmo tempo em que agia com lentidão relativamente à implementação do direito dos povos às suas terras, o governo inflacionou os financiamentos subsidiados e incentivos aos setores político econômicos antiindígenas. Para se ter uma ideia disso, enquanto o orçamento da União para a ação 'demarcação de terras indígenas' manteve-se estagnado, girando em torno de 20 milhões de reais mal executados ao ano, os planos safra para o agronegócio saltaram de aproximadamente 20 bilhões, no início da década de 2000, para extraordinários 156 bilhões nesta última edição.

Assim, a paralisação nos procedimentos de demarcação anunciada pelo próprio governo em

CONT.



2013 e reafirmada neste primeiro semestre de 2014, dá-se num contexto de marcante vulnerabilidade de muitos povos indígenas, por um lado, e de inconfundível fortalecimento de seus inimigos, por outro.

Como temos visto, a força política e econômica destes grupos tem sido cotidianamente sentida pelos povos indígenas, na forma de força bélica, por meio de discursos de incitação ao ódio, de leilões para contratação de milícias armadas, de despejos extrajudiciais, de ameaças a mão armada, de assassinatos, de invasão para exploração de recursos naturais das terras indígenas.

É neste contexto caótico e violento contra os povos que o governo brasileiro, por meio de agentes públicos, tem assediado lideranças e comunidades indígenas na perspectiva de que estas deem seu "aceite" para propostas de redução de suas terras tradicionais. Como fica evidente, ao denominar essa prática de "mesas de diálogo", o governo demonstra estar agindo desprovido de qualquer tipo de escrúpulo. Como pode haver diálogo ao redor de uma mesa onde uma das partes está com a "faca no pescoço"? Por meio de seu ministro da Justiça, o governo chegou ao ponto vexatório de denominar como "ajuste de direitos" o que efetivamente trata-se de explícita violação de direitos.

Vários são os casos de terras indígenas que se enquadram nessa fase de redução. Podemos citar, a título de exemplo, a Terra Indígena Mato Preto, do povo Guarani, no Rio Grande do Sul, com portaria declaratória assinada pelo ministro José Eduardo Cardozo em 2012, atestando a tradicionalidade de 4.230 hectares, cuja proposta é de redução para 600 hectares, e a Terra Indígena Herarekã Xetá, do Povo Xetá, no estado do Paraná, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação inicialmente comprovava a tradicionalidade de aproximadamente 12 mil hectares e que foi publicado, no último dia 30 de junho, pela presidência da Funai, com 2.686 hectares.

Caso também emblemático nesse contexto é o da Terra Indígena Cachoeira Seca, no estado do Pará. Declarada em 1993 como terra tradicional do povo Arara, de recente contato, pelo então ministro da Justiça Maurício Corrêa, com 760 mil hectares, foi reduzida durante o segundo mandato do governo Lula, pelo então ministro da Justiça Tarso Genro, que assinou, em 2008, nova Portaria Declaratória para a mesma terra. Está situada na região de abrangência da UHE Belo Monte, cuja desintrusão, além de direito constitucional, é uma das condicionantes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a concessão da Licença Prévia da hidrelétrica. No entanto, nem uma, nem outra determinação legal têm sido suficientes para que os Arara tenham o seu direito, líquido e certo, respeitado. Ao contrário, além de continuar intrusada, a terra indígena está sofrendo intenso processo de esbulho por parte de madeireiros instalados na região. Neste contexto extremamente adverso, chegou-nos a informação acerca de reunião realizada nessa quarta-feira, 23, envolvendo autoridades, invasores e indígenas para tratar acerca de proposta de mais uma redução da terra.

Os inimigos dos povos indígenas não estão em 'recesso' para a eleição que se avizinha. Eles estão 'em campo'. Não é hora de baixar a guarda. No período eleitoral, a luta dos povos em defesa de seus direitos territoriais deve ser intensificada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

Morosidade, paralisação, redução de terras indígenas. Está na hora de um ponto final e somente os povos poderão sinalizá-lo.

* Cleber César Buzatto, licenciado em Filosofia e Secretário Executivo do Cimi



Com 17 equipes indígenas, Copa das Árvores começa em 7 de agosto

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 31.07.2014

Competição no interior do Acre terá presença de pelo menos 13 etnias. Além de futebol, haverá campeonato de arco e flecha, cipó de força e arremesso de lança

Por Quésia Melo
Rio Branco, AC

Inspirados pela Copa do Mundo 2014, na qual o Brasil foi o país sede do Mundial, os indígenas da Aldeia Kuntamanã, localizada no Rio Tejo, no município de Marechal Thaumaturgo, no interior do Acre, decidiram organizar a 1ª Copa das Árvores, com o slogan "Essa copa tem raízes", de 7 a 11 de agosto.

Segundo a secretária estadual de Turismo e Lazer, Rachel Moreira, cerca de 13 etnias acreanas estão envolvidas no evento, mas várias tribos de fora do estado já confirmaram presença na Copa. Ao todo, 22 equipes foram convidadas para participar. Dessas, 17 já confirmaram presença na competição.

O jogo de abertura será entre o Náguas, equipe de Cruzeiro do Sul, contra o selecionado da Copa das Árvores, formada por indígenas representando seus vários povos. Além de futebol, haverá também outras atividades esportivas como campeonato de arco e flecha, cipó de força e arremesso de lança.

- O povo Kuntanawa é quem está tomando conta organização do torneio e essa Copa não envolve apenas as tribos indígenas, mas todas as etnias, com a proposta de discutir políticas para os povos tradicionais, sejam indígenas ou não - explica Rachel Moreira.

Moreira explica que a Secretaria de Turismo e Lazer (Setul) apoia o evento ajudando com a logística para proporcionar a participação de outros povos, além de fomentar e valorizar o eco turismo no estado.

- A Copa das Árvores é mais que apenas um festival indígena. O objetivo é discutir o conhecimento indígena, abordando o Povo Kuntanawa. Propõe que haja discussões na casa dos saberes, abordando a sustentabilidade, cultura, ambiente, espiritualidade e medicina, além da valorização e manutenção das manifestações tradicionais das comunidades extrativistas e indígenas - conclui.



Gestores da Seduc recebem lideranças indígenas

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO/CASA CIVIL, 31.07.2014

Gestores da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e lideranças indígenas das aldeias Buritizal, Buritirana, Aldeia Nova, Terra Nova, Papagaio e Apertado, se reuniram nesta quinta-feira (31), na sede do órgão, para discutir questões referentes à oferta de educação indígena no estado.

Presentes, o secretário adjunto de Planejamento e Orçamento, Lívio Jonas; os superintendentes Narcisa Enes Rocha (Modalidades e Diversidades Educacionais), Flávia Raquel Fernandes Ramos (Assuntos Jurídicos) e Nilson Oliveira Ramos (Folha de Pagamento); e os supervisores Maryangela Rodrigues (Educação Indígena) e Haroldo dos Santos Raposo (Transporte Escolar).

Durante a reunião foi explicado às lideranças que os convênios relativos ao transporte escolar indígena do ano de 2014 encontram-se em fase de finalização, para posterior pagamento da 1ª parcela e que os convênios relativos ao ano de 2013, após período de análise, recebeu parecer desfavorável da Procuradoria Geral do Estado, devido a inconsistências na prestação de contas.

Os gestores também informaram que o Governo do Estado, através do Programa Viva Maranhão, está realizando um grande investimento na rede física escolar com a reforma e ampliação de 49 escolas indígenas; e construção de outras 57 unidades escolares, com finalidade de melhorar a oferta da educação para o povo indígena.

Além disso, a Seduc, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, está trabalhando para a oferta do Curso de Magistério Indígena de Nível Médio a 246 professores indígenas e junto ao MEC (2014) o projeto para oferta do Curso de Licenciatura Intercultural e Bilíngue.



Organizações indígenas recebem capacitação para projetos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 31.07.2014

Participantes são orientados sobre como elaborar projetos no âmbito da chamada pública do Fundo Amazônia

A cidade de Rio Branco (AC) recebeu, nesta quarta-feira (30), a primeira capacitação de organizações indígenas e indigenistas candidatas a apresentar projetos no âmbito da chamada pública do Fundo Amazônia. As próximas oficinas ocorrerão na próxima semana, em Belém (5 e 6 de agosto) e Manaus (7 e 8 de agosto) e os interessados ainda podem se inscrever.

O edital tem o objetivo de apoiar a implantação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). A capacitação é realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de contar com o apoio da Giz, agência de cooperação técnica alemã.

Ao todo, R\$ 70 milhões serão oferecidos pela chamada pública para o financiamento de projetos. O valor financiável de cada proposta é limitado a, no mínimo, R\$ 4 milhões e, no máximo, R\$ 12 milhões. O prazo para envio dos projetos ao BNDES é até 7 de outubro de 2014.

Esclarecimento

A programação inclui a apresentação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas - principal documento que orienta as iniciativas do Fundo Amazônia para as Terras Indígenas e o esclarecimento de dúvidas sobre texto da chamada pública e do documento de apresentação de projetos ao Fundo Amazônia. Os participantes recebem, ainda, orientações de como elaborar um bom projeto e fazem um exercício de elaboração de um projeto fictício que é apresentado e discutido em plenária.

A chamada pública promove benefícios diretos aos povos indígenas situados em terras na Amazônia e contribui para a gestão ambiental, com ênfase na proteção, recuperação ambiental e combate ao desmatamento. A promoção do etnodesenvolvimento, com uso e manejo dos recursos naturais, respeito aos modos de vida e manifestações culturais dos povos indígenas também está entre as prioridades da iniciativa.

Inscrições

Podem participar representantes de organizações indígenas, indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas. Para se inscrever, os interessados o formulário de inscrição preenchido para o endereço eletrônico departamentoextrativismo@mma.gov.br.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

Veja o texto da chamada pública do Fundo Amazônia de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Planos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena.

Fonte:
Ministério do Meio Ambiente



Boletim Mundo: Justiça Federal suspende decisão que determina retirada de invasores em Terra Indígena Krikati no Maranhão
SÍTIO CIMI, 31.07.2014

Surpreendidos com a decisão da juíza da 2º Vara de Imperatriz, Diana Maria Wanderley, que suspendeu a desintrusão de invasores em suas terras, o povo Krikati do Maranhão aguarda ansiosamente os próximos desdobramentos da retirada dos não-indígenas de seu território tradicional.

Os indígenas contestam a decisão da juíza que determina a paralisação dos atos de desocupação da Terra Indígena Krikati. Na decisão, o autor declara que a terra não é de ocupação tradicional dos indígenas, e que, portanto, resistiria "o direito da propriedade ou de posse" dos fazendeiros.

Argumento falacioso, visto que a terra foi demarcada em 1998 e homologada em 2004. O laudo antropológico estipula como ocupação tradicional 144.675 hectares de posse permanente dos indígenas. "Com essa decisão os fazendeiros se fortalecem. Eles afirmam que tem muita terra para pouco índio, mas eles querem mesmo é cobiçar a nossa terra. Como pode a juíza só ouvir um lado? Ela quer mais briga e problema", aponta preocupado com a decisão, a liderança indígena, Edilson Krikati.

Edilson acredita que os conflitos na região podem se intensificar e vê o mesmo filme de 1998 se repetir. Com o início da demarcação da área à época, um indígena Guajajara foi morto a mando de fazendeiros interessados na terra dos indígenas. "Com a morte de Manoel Guajajara que morava com a gente ficamos bastante apreensivos. Os fazendeiros daqui deixam recado para os indígenas não saírem das aldeias. Só quero falar que aqui no Maranhão é muita pressão dos poderes locais que são aliados de grupos políticos", diz Edilson.

Segundo a Regional do Cimi em Maranhão são 240 famílias de não-indígenas presentes em território Krikati que justificam sua permanência na área pelo fato da indenização não ser o suficiente para sobreviver em outra região. "Isso não deve ser uma justificativa para paralisar a desintrusão. Sendo que a maioria é considerada de má fé. Portanto, segundo a lei devem sair da área que foi declarada como sendo tradicional do povo Krikati", reitera a equipe Cimi-MA.

O território está em processo de desocupação desde 2002 e com a decisão da juíza o clima de insegurança física e cultural do povo Krikati se acentua. Os moradores de boa-fé devem ser assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas a morosidade na desintrusão contribui para "entrada de pessoas de má fé, queimadas e extração ilegal dos recursos naturais", tal como denuncia a carta aberta do povo Krikati.

A Terra Indígena do povo Krikati fica localizada ao sudoeste do Maranhão e abrange as cidades de Montes Altos, Sítio novo, Amarante do Maranhão e Lajeado Novo, distante 750 km de São
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

Luís, capital do estado. Conta com uma população de aproximadamente 1.030 pessoas, vivendo em cinco aldeias: São José, Raiz, Recanto dos Cocais, Nova Jerusalém e Alto Alegre.

Com a desintração dos invasores em território Awá-Guajá também no Maranhão, mais fazendeiros e madeireiros migraram para o território Krikati, o que tem acirrado as disputas fundiárias. "O mesmo grupo que tava nos Awá ta aqui agora. Todos ligados ao agronegócio. São madeireiros, fazendeiros e produtores de soja. A coisa ta séria. Aí a juíza publica essa decisão sendo que a área já ta homologada, isso contraria a Constituição Federal", contesta Edilson.

Esta notícia compõe o Boletim Semanal Mundo que nos Rodeia, para recebê-lo ou enviar sugestões mande e-mail para: mundo@cimi.org.br



Livro-reportagem “Marãiwatsédé: A trajetória Xavante na luta pela terra” é apresentado em Congresso de Jornalismo Investigativo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.07.2014

Entre os dias 24 e 26 de julho de 2014, ocorreu o XIX Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) em São Paulo. No último dia, foram apresentados os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) selecionados pelo Congresso. Um deles foi o livro-reportagem “Marãiwatsédé: A Trajetória Xavante na Luta pela Terra”, das jornalistas formadas pela UFMT de Barra do Garças, Sckarleth Alves Martins e Dandara Morais. Dandara faz parte do Grupo de Comunicação da Articulação Xingu Araguaia (AXA). Confira entrevista com Sckarleth, uma das autoras

AXA – Articulação Xingu Araguaia

O livro relata e esmiúça o histórico do povo Xavante de Marãiwatsédé, que foi expulso de suas terras em 1966, poucos anos após o início do contato com não-indígenas. Seu território deu então lugar a um dos maiores latifúndios da época, a Fazenda Suiá-Missu, no nordeste mato-grossense. Nas décadas seguintes, o povo de Marãiwatsédé lutava pela própria sobrevivência e pelo retorno ao seu território tradicional. Somente no ano de 2012, após grilagem e desmatamento de suas terras, conflitos diretos e arrasto de processos judiciais, finalmente houve a desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé e o povo Xavante está começando a usufruir integralmente do seu território (leia mais na nossa reportagem especial Marãiwatsédé: do sonho à luta, da conquista ao sonho).

Tivemos a oportunidade de conversar com Sckarleth Martins, que apresentou o trabalho no Congresso da ABRAJI. Ela nos contou um pouco sobre o projeto de pesquisa e seus desdobramentos e a importância de um jornalismo comprometido que divulga as lutas populares, em particular dos povos indígenas, que são pouco noticiadas e repercutidas.

AXA – Do que se trata o livro-reportagem “Marãiwatsédé: A Trajetória Xavante na Luta pela Terra”, resultado do TCC seu e de Dandara Morais?

SCKARLETH MARTINS – O livro-reportagem é um resgate da história desse povo, ao mesmo tempo em que assume um caráter denunciativo. Trata-se de um resgate histórico por conta da riqueza de detalhes sobre a vivência deste grupo Xavante, característico por sua memória oral viva e pulsante. É um resgate principalmente para nós, que, por vezes, somos alheios aos modos de vida dos povos tradicionais e à violência a que foram (e são) submetidos desde o contato com os não-índios.

À primeira vista, a história pode ter um tom meio fabuloso, porque é difícil aceitar que o Estado brasileiro tenha sido conivente com uma situação de violência por tanto tempo. Um povo que é transferido de sua terra ancestral para atender a interesses inventivos do negócio

CONT.



agropecuário. Em detrimento da lisura com os gastos públicos, os invasores foram agraciados com verbas federais para usufruir de um território tradicional, enquanto os Xavante ficaram à míngua perambulando por entre terras de parentes. Quando, finalmente, conseguem reaver seu território, depois de mais de quarenta anos de exílio, são postos em uma situação de conflito com pequenos produtores que, também, foram enganados. É uma trama que, mesmo repleta de reviravoltas, possui um apego ao real muito pungente.

AXA – O que as motivou a escolher este tema?

SCKARLETH – Quando estávamos no processo de pesquisa sobre o Trabalho de Conclusão de Curso, a escolha foi quase que intuitiva. Tínhamos o interesse de produzir um produto jornalístico, e a época da submissão do projeto na Universidade coincidiu com o momento da Desintrusão no Território Indígena. De fato que, quando acompanhávamos a cobertura local dos veículos de mídia, havia muita informação desencontrada e de modo muito superficial. Logo, decidimos nos aprofundar nas investigações sobre este acontecimento inédito, que é a retirada de não-índios de Terras Indígenas.

AXA – Como foi o contato e a receptividade do povo de Marãiwatsédé com a pesquisa?

SCKARLETH – Por sorte de jornalista em início de carreira (risos), tínhamos realizado um trabalho na disciplina de radiojornalismo no qual entrevistamos o filho do cacique, o Cosme Rité, que é diretor da Escola Estadual Indígena Marãiwatsédé. Nessa época, a escola fazia parte da comarca de ensino de Barra do Garças (MT), e o Cosme sempre ia à cidade para resolver pendências burocráticas no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação Básica, o Cefapro. Por conta do interesse do Cosme pela educação, apresentamos a nossa ideia de realizar um livro-reportagem sobre a história dos Xavante Marãiwatsédé, e antes mesmo de pedirmos autorização para visitar a aldeia ele nos convidou para uma festa junto ao seu povo. Esta foi a primeira mostra de confiança que ele depositou em nós. O nosso trabalho seria impossível se não tivéssemos a confiança e o apoio dos Xavante.

AXA – Como foi a ida para a aldeia?

SCKARLETH – Quando, enfim, nos sentimos preparadas para visitarmos a aldeia nos demos conta do desafio que seria superar a barreira da língua. Grande parte dos anciãos Xavante não fala português, e eles eram de suma importância para o trabalho, pois viveram em Marãiwatsédé antes do contato com os não índios e sabiam como era a vida longe de sua terra ancestral. Nesta etapa contamos com o auxílio do diretor Cosme, que traduziu as entrevistas e nos apresentou à comunidade.

Quando chegamos à aldeia, todo um mundo de estereótipos caiu por terra. Sabe aquele olhar meio mítico sobre os povos tradicionais em documentários e obras de literatura? Pois bem, a realidade é bem menos lúdica, ainda que colorida. Em Marãiwatsédé nos deparamos com uma sociedade que realmente sabe o significado de viver em comunidade. À época, os Xavante estavam a poucos meses vivendo em seu território sem a presença de invasores. Estavam, também, passando por uma crise de desnutrição muito grave, suspeita de envenenamento de sua água, e ainda assim, havia um certo ar de esperança e alegria por terem, enfim, retornado

CONT.



para sua terra ancestral. Era perceptível este mix de emoções em cada conversa, em cada ritual que presenciamos.

AXA – De modo geral, como foi o processo de pesquisa e a construção do livro?

SCKARLETH – Como tínhamos que escrever sobre uma comunidade tradicional, fomos pesquisar o que já havia sido feito sobre os Xavante e demais povos. Nesta etapa, o trabalho voltou-se para leituras mais antropológicas e de estudos culturais. Com relação à pesquisa documental enfrentamos muitas dificuldades para ter acesso às informações junto aos órgãos governamentais. Eles se portaram de forma muito reticente e resistente, mesmo com a Lei de Acesso à Informação em vigor. Bem, depois das entrevistas e da garimpagem de documentos, criamos um banco de dados com todas as informações sobre os Xavante Marãiwatsédé, com datas, nomes dos envolvidos na transferência deste povo e valores cedidos pela Sudam aos invasores. Depois dessa organização prévia, escrever o livro foi fluido porque sempre recorriamos aos documentos para conferir alguns dados e às entrevistas.

Pelo fato da história ter muitos reveses, preferimos por uma ordem não cronológica dos fatos. O primeiro capítulo relata os desafios da vivência atual dos Xavante, com o reflorestamento da área, a saúde da comunidade, a educação etc. No segundo capítulo, nos remetemos à vida em Marãiwatsédé antes do contato com os não índios. Nesta etapa resgatamos um pouco da história dos primeiros invasores da área, até a chegada das grandes companhias internacionais e da exploração desenfreada do solo com incentivos do governo federal. No último capítulo contamos sobre como os Xavante se organizaram para recuperar seu território e se reencontrarem com os egressos de Marãiwatsédé.

AXA – Quais foram os desdobramentos e resultados do livro?

SCKARLETH – O resultado que esperamos deste trabalho, de fato, é que a história de luta do povo Xavante alcance um sem número de pessoas. Muitos povos foram e ainda são exterminados física e culturalmente. Não temos de ser tolerantes com os privilégios de pessoas privilegiadas em detrimento dos direitos das minorias.

Este livro foi selecionado pela ABRAJI para ser apresentado no seu 9º Congresso. A Abraji priorizou os Trabalhos de Conclusão de Curso que, na sua produção, fizessem uso de métodos investigativos e contato direto com as fontes de informação. O livro ainda não foi publicado, então participar deste evento foi uma grata surpresa e uma grande conquista, não só para nós que produzimos o trabalho, mas para a história que, mais uma vez, pôde ultrapassar os limites da universidade. Estamos estudando algumas plataformas de financiamento coletivo e editoras. Além do Congresso da Abraji, apresentamos, também, um artigo científico no Encontro Nacional de Jornalismo Ambiental, em Porto Alegre-RS. Este trabalho realiza uma análise de cobertura de três veículos de mídia online, com linhas editoriais diferentes, sobre a ocupação da Câmara dos Deputados durante o Abril indígena de 2013. A ideia é questionar os modos de relatar um mesmo acontecimento em cada veículo e os possíveis desdobramentos.

AXA – O que lhe chamou a atenção na apresentação do trabalho no Congresso da ABRAJI?

CONT.



SCKARLETH – É curioso notar como os povos tradicionais despertam a curiosidade das pessoas. Às vezes com um tom meio pitoresco e romântico, mas sempre muito afoitas por informação. Durante o Congresso da Abraji, diversos jornalistas discutiram a respeito do processo de apuração não se basear só no trabalho maçante de ficar em frente ao computador revisando planilhas, mas se dar no contato com as fontes, com os envolvidos nos acontecimentos que se pretende investigar. No painel que apresentei o livro-reportagem, por exemplo, os demais trabalhos relataram as mesmas dificuldades com relação a obter informações junto aos órgãos oficiais e trocamos experiências sobre como superar as dificuldades.

AXA – Havia outros trabalhos semelhantes à temática tratada por vocês no Congresso?

SCKARLETH – Todos os trabalhos deste painel foram voltados para investigações de situação de conflito e de fragilidade das minorias. Havia um trabalho sobre a dignidade humana dos homoafetivos e as descobertas científicas sobre as sexualidades. Um sobre a vida no presídio feminino no interior do estado da Bahia. E outro sobre a contaminação de uma comunidade do interior da Bahia por metais pesados.

AXA – De que forma vocês acreditam que este trabalho pode ajudar a comunidade de Marãiwatsédé?

SCKARLETH – Nós não cremos que, com este trabalho, nós mudaremos o mundo. Ainda assim o fizemos acreditando ser possível! Se o livro-reportagem possibilitar um movimento de reflexão por parte dos leitores, já nos será de grande valia. Mas, se conseguirmos motivar outros profissionais e entidades a se dedicarem às causas das minorias, será uma grata surpresa.

AXA – No Brasil, como você enxerga o alcance do jornalismo que dá voz às lutas populares e às comunidades?

SCKARLETH – O jornalismo por si é um instrumento de resistência e denúncia social. No Brasil, desde a redemocratização em 1988, tem crescido o número organizações do terceiro setor voltadas às causas de minorias e às causas ambientais. De fato, é um movimento ainda pequeno, em vista do alcance e da receita das grandes corporações, mas as novas mídias surgem neste contexto como plataforma de resistência e pluralidade. Ainda que, com a democratização dos meios de comunicação já existam novos horizontes, cremos que há de se desenvolver um trabalho de educação midiática da sociedade brasileira. Se possível, seremos 'mais' democráticos, quando, de fato, a informação não for um privilégio, mas um direito.



Índios isolados podem ser exterminados no Acre por despreparo da Funai
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.07.2014

Além dos massacres perpetrados há anos por madeireiros e narcotraficantes do lado peruano, os povos indígenas isolados que vivem na fronteira do Acre com o Peru correm risco de extermínio por falta de estrutura e despreparo da Fundação Nacional do Índio (Funai) do lado brasileiro

Altino Machado - Terra

A Frente de Proteção Etnoambiental Envira foi invadida há três anos por narcotraficantes peruanos, os funcionários da Funai fugiram e a base só foi reaberta no mês passado, quando os índios isolados tomaram a iniciativa de estabelecer os primeiros contatos. O antropólogo Terri Aquino, da Funai, que há 39 anos atua na região, disse que autarquia não está preparada para estabelecer contato com povos indígenas isolados porque desde 1987 adotou como política o não contato.

- Os índios isolados estão em busca de proteção e de acesso à tecnologia, ou seja, machado, pólvora, terçado, panela. Chegou a hora do estado brasileiro ser generoso. Do contrário, nesta fase do contato, os isolados podem se revoltar e acontecer um massacre envolvendo a jovem equipe de indigenistas da Funai que pouco conhece a floresta – alertou.

De acordo com o sertanista José Carlos Meirelles, que viveu durante mais de 20 anos na FPE Envira e atualmente trabalha na Assessoria Indígena do governo do Acre, o grupo de índios isolados que buscou contato com a Funai está sendo pressionado por madeireiros e narcotraficantes que atuam no Parque Nacional do Purus, no Peru.

Meirelles relatou que os índios deixaram claro que estão sendo mortos a tiros de espingarda e que tocaram fogo em suas casas.

- São todos jovens e a impressão que passa é que esse povo quer se chegar a alguém que não mate eles. Estão pedindo para a gente a nossa obrigação funcional. Esse pessoal está pedindo à Funai o que o estado brasileiro tem dever de fazer. Eles nem precisariam estar pedindo, pois é obrigação nossa.

O sertanista considera a situação complicada e defende que a FPE Envira receba apoio real para que possa proteger os índios isolados.

- Se não derem estrutura para que as pessoas segurem o que vem por aí, infelizmente nós vamos repetir a história e seremos co-responsáveis pelo extermínio desse povo. Se a gente não fizer nada agora, se o estado brasileiro não se movimentar e realmente entender que essas pessoas merecem viver, que o estado brasileiro diga que vai deixá-los morrer. Não dá

CONT.



mais para contemporizar. Ou faz, dando estrutura, ou o estado brasileiro diz: tudo bem, mais um genocídio no meu currículo.

Terri Aquino revelou que já existe um clima de insatisfação envolvendo o grupo de oito índios isolados que se estabeleceu desde o domingo (27) na FPE.

- Os isolados querem terçados, munição, armas, panelas, roupas. A Funai não tem nada para oferecer e isso já forçou o recuo do pessoal do pessoal da base da FPE para a Aldeia Simpatia. Os conflitos surgem em bases de contato quando os índios chegam e não encontram nada. No entendimento do antropólogo, a Funai precisa cuidar de um nova terra para os índios isolados e indenizar as benfeitorias das famílias dos índios do entorno saqueadas pelos isolados. Foram mais de 70 casos de saques nos últimos 30 anos, sendo a maioria no período de 2006 a 2013.

- As famílias nunca foram indenizadas. Os ashaninka, por exemplo, receberam os índios isolados e não tiveram nenhuma reação agressiva. Perderam tudo o que tinham. A Funai, sem cogitar indenizar essas famílias, cria um ambiente desfavorável no entorno. Isso pode criar uma reação agressiva.

Terri Aquino acha imprescindível a presença da Força Nacional de Saúde para prestar assistência e imunização contra doenças que os índios isolados não tem resistência.

- É preciso atender da mesma maneira os índios do entorno, que estão totalmente desassistidos. Eu mesmo presenciei recentemente, na Aldeia Simpatia, criança morrendo de diarreia. A Funai não vai segurar os isolados na base sem que não tenha nada para oferecer. Não tem comida, nada. A Funai pode ser responsável até pela morte de seus funcionários.

O geógrafo Carlos Travassos, chefe da Coordenação-geral de Índios Isolados da Funai, informou que opera com apenas R\$ 2,3 milhões no orçamento, sendo que 30% estão contingenciados. Recentemente, no Acre, o indigenista Guilherme Siviero, tirou do próprio bolso R\$ 800 para comprar um canoa necessária para o trabalho da equipe envolvida na proteção dos isolados.

- A previsão é de que no próximo ano haja redução orçamentária. É assim que atuamos na proteção de 27 grupos de índios isolados confirmados, monitorando 31 milhões de hectares de terras indígenas na Amazônia Legal, onde são mantidas 12 frentes de proteção etnoambiental – afirma Travassos, que trabalha na Funai há sete anos, tendo atuado nas frentes de proteção etnoambiental do Javari e Médio Purus.

O coordenação-geral de Índios Isolados da Funai disse que é crescente a dificuldade orçamentária e de recursos humanos. Planeja, faz uma série de diagnósticos, busca criar planos de contingência para situação de contato, mas surgem vários cortes orçamentários, além do recrudescimento sobre a obrigações do estado brasileiro em reconhecer terras indígenas onde há a presença de índios isolados.

- Nosso orçamento, por mais que tenhamos mostrado e comprovado a necessidade de se aumentar, o que temos visto é a diminuição. Os compromissos estabelecidos na área de saúde
CONT.



não vem sendo cumpridos. As populações indígenas no entorno dos povos isolados talvez tenham a pior atenção na área de saúde.

Segundo Travassos, a base do Xinane, que foi fechada por causa da presença de narcotraficantes vindos do Peru, contou com reações esporádicas da Polícia Federal, sempre com muito sacrifício.

- O que temos ouvido é que é uma presença inócua de narcotraficantes e que isso não é prioridade para as autoridades policiais. Acho isso um absurdo. Acho que quando se tem uma população de povos isolados e povos contatados, à mercê de bandidos, que trabalham ilegalmente com o uso da força, da espoliação de território e de genocídios, isso deveria ser levado a sério dentro de uma política nacional e internacional encabeçada pelo Brasil. Travassos assinala o fato de que os índios isolados que procuraram estabelecer contato é muito jovem.

- Hoje, a situação que temos é ver esse jovens, que sobreviveram a alguns massacres. Talvez seja a última vez que estejamos vendo esses meninos, que amanhã podem estar mortos, seja por doenças ou tiros de espingarda. Faço um apelo ao alto escalão do governo, principalmente o Ministério do Planejamento, que tem ignorado nossos projetos e nossas solicitações de medidas orçamentárias. Faço um apelo às forças federais de segurança pública para que possam nos dar apoio na região. Temos que ter capacitação para enfrentar grandes criminosos que vem do outro lado com grande poder de fogo. Dispomos de todas as informações do que é necessário para se realizar um trabalho melhor. Isso já foi repassado ao governo e eu gostaria que isso fosse tratado seriamente. Muitas vezes essa questão dos índios isolados, a informação que levamos, não são levadas a sério. Os servidores da Funai se sacrificam para proteger esses povos, mas o governo precisa dar apoio para que se possa realmente fazer um trabalho humanitário, correto e republicano, para que populações inteiras [não] sejam exterminadas.



Ecuador – Povo indígena cobra do Estado medidas de reparação por exploração de recursos naturais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.07.2014

Adital – Após dois anos de espera, o povo indígena Kichwa de Sarayaku cobra que o Governo do Equador cumpra medidas de reparação à comunidade, que foram ditadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) ainda em julho de 2012. O Estado equatoriano resiste em fazer valer o direito à consulta dos povos indígenas e a desenvolver uma legislação específica para o exercício desse direito.

Em sua decisão, a Corte compreendeu que o Estado do Equador não havia respeitado o direito a consulta prévia, livre e informada do povo Kichwa de Sarayaku, quando, em 1996, concedeu grande parte do território da comunidade à empresa petroleira argentina CGC, nem realizou os estudos de impacto social e ambiental necessários. Com isso, foram violados os direitos à consulta, propriedade e identidade cultural estipulados na Convenção Americana de Direitos Humanos, em prejuízo de Sarayaku.

Assim, a Corte da IDH ordenou reparações a favor do povo Kichwa, incluindo as de caráter econômico, como medidas de restituição, a exemplo da extração de 1,4 tonelada de explosivos que a empresa petroleira deixou no território de Sarayaku. Além disso, determinou que fossem tomadas medidas simbólicas, como a difusão da sentença e a realização de um pedido de desculpas e garantias de não repetição das violações.

Entre essas garantias, foi ordenado ao Estado equatoriano a obrigatoriedade de consulta ao povo de Sarayaku de maneira prévia, adequada, efetiva e em conformidade com padrões internacionais, no caso de eventual atividade ou projeto de extração de recursos naturais em seu território. Apesar disso, a Secretaria de Hidrocarbonetos do Equador anunciou que estaria analisando a oferta da empresa petroleira Andes Petroleum Equador LTDA, cuja concessão afetaria uma área de 6.790 hectares do território de Sarayaku, sem realizar nenhum processo de consulta ao povo indígena, reincidindo na violação dos direitos humanos.

Soma-se a isso a determinação da Corte a que o Estado do Equador adote medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza que sejam necessárias para efetivar, em um prazo razoável, o direito a consulta prévia dos povos e comunidades indígenas e tribais da região. O governo deve ainda modificar as medidas hoje implementadas, que impeçam seu pleno e livre exercício, assegurando a participação das comunidades no processo de ocupação da área e utilização dos recursos naturais.

Ainda que o governo equatoriano já tenha avançado no pagamento das reparações econômicas a Sarayaku e efetivado algumas ações simbólicas de reparação, o Estado defende que não é necessário adotar uma legislação relativa ao direito a consulta. Como argumento, o Poder Público se utiliza do "Regulamento para a execução da consulta prévia livre e informada dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

processos de licitação e atribuição de blocos de hidrocarbonetos”, aprovado pelo Decreto Executivo nº 1247, de 19 de julho de 2012. De acordo com o governo, essa matéria já cumpriria a reparação ordenada pela Corte.

Com base em todo esse contexto, o povo de Sarayaku reclama ao Estado do Equador que efetive já medidas relativas a uma lei de direito a consulta em conjunto com os povos indígenas equatorianos, de acordo com os padrões estabelecidos pela Corte IDH na sentença do caso. Esta seria, para a comunidade, a providência mais importante, já que evitaria a reprodução das violações cometidas não somente contra eles mesmos, mas também contra outros povos do Equador, funcionando com um precedente importante para toda comunidade indígena da América.



Quilombola avança na titulação de suas terras em Costa Marques

SÍTIO CORREIO POPULAR, 01.08.2014

(Da Redação) A superintendência do Incra em Rondônia informou que encontra-se em fase de contestações o Relatório Técnico de Identificação e Demarcação (RTID) da Comunidade Remanescente de Quilombos de Santa Fé, localizada em Costa Marques, a sete quilômetros da sede do município, para posterior emissão do título da terra.

Santa Fé possui Certidão de Auto Reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, primeira etapa para a regularização do território. O RTID é a etapa posterior e foi elaborado pelo Incra em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (Unir).

De acordo com o técnico do Incra/RO, William Coimbra, o RTID apresenta estudos antropológicos e a identificação dos limites do território. Na conclusão, o relatório recomenda que seja emitido o Título Definitivo a Santa Fé para garantir o legítimo direito das famílias que ali vivem e seus descendentes, com uma área de 1.510 hectares e população cadastrada de 89 pessoas. O título é coletivo e impossibilita a venda da área.

Atualmente a comunidade vive da agricultura e da pecuária de subsistência, apesar da área inundável. Há também fontes de trabalho assalariado como agentes de saúde e venda de serviço a produtores rurais vizinhos e construção civil. Entre as atividades agrícolas destacam-se a plantação e o beneficiamento da mandioca para a produção de farinha, combinados com criação de animais, extrativismo, pesca, caça e coleta de palhas e de madeira para as construções de suas casas.

O presidente da Associação Quilombola de Santa Fé, Sebastião Rodrigues, informou que seus habitantes estão com uma expectativa positiva. "Os órgãos estão empenhados, preocupados com nossa situação. Acreditamos que a regularização vai sair e vamos preparar uma grande festa".

O superintendente do Incra, Luís Flávio Carvalho Ribeiro, esclareceu que com a regularização os comunitários poderão ter acesso aos benefícios das políticas públicas como assistência técnica, créditos e demais investimentos necessários à utilização sustentada de seu território e do patrimônio que o compõe, e para a permanência das gerações mais jovens.

FORMAÇÃO DE SANTA FÉ - Todas as famílias da comunidade possuem origens ligadas aos negros de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) que colonizaram as regiões ao longo do rio Guaporé e seus afluentes. Documentos comprovam que Santa Fé se originou em 1888. O relatório do Incra descreve que ocorreram muitas pressões em diversas épocas, especialmente de extrativistas e fazendeiros, para que a comunidade abandonasse o local. Uma aliança com a igreja católica deu visibilidade ao drama vivenciado por aquelas pessoas, tendo sido divulgado em noticiários nacionais e internacionais, o que foi importante para sua sobrevivência.



Comunidade quilombola recebe posse de área em Maragogipe

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 01.08.2014

A comunidade do território quilombola Salamina Putumuju, situado no município de Maragogipe, no Recôncavo baiano, recebe oficialmente, neste sábado (2), às 9h30, a posse de um imóvel de 1,4 mil hectares. A área corresponde a 84% do total da região remanescente de quilombo. O Incra na Bahia finaliza o processo de desapropriação de outras quatro propriedades para englobar toda o espaço.

A obtenção dos imóveis é a última fase antes da titulação comunitária do território. Atualmente, cerca de 40 famílias vivem no Salamina Putumuju. Os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, o governador da Bahia, Jaques Wagner, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, estarão presentes no evento de entrega do terreno.

Além do Salamina Putumuju, há outras três comunidades na cidade com processo em andamento para a regularização fundiária dos territórios. A ação pretende beneficiar 100 famílias de remanescentes de quilombos. As áreas são a Buri, que está em fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), e as comunidades Enseada do Paraguaçu e Dendê, que já possuem processos abertos pelo instituto.



Surto de garimpo destrói floresta e divide índios no Pará

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.07.2014

Alimentado pelos preços em alta do ouro, um novo surto de garimpo ilegal está se alastrando com rapidez e gerando destruição numa das últimas áreas de floresta amazônica no sudeste do Pará. Com máquinas pesadas, os garimpeiros avançam por territórios habitados pelo povo kayapó e assediam os índios, que estão divididos quanto à atividade

João Fellet – Enviado da BBC Brasil a Ourilândia do Norte (PA)

Alguns líderes kayapós passaram a tolerar o garimpo em suas terras em troca de um percentual dos lucros. Eles dizem precisar dos recursos para sustentar as aldeias e cobram do governo políticas que lhes permitam abrir mão das receitas.

A atividade, porém, é ilegal, e seu combate compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Fundação Nacional do Índio (Funai).

Segundo Thaís Dias Gonçalves, coordenadora geral de monitoramento territorial da Funai, a Terra Indígena (TI) Kayapó, em Ourilândia do Norte, é a área indígena do país onde a atividade garimpeira é mais intensa.

A Funai diz que há por volta de 25 frentes ativas de garimpo dentro da TI. O território – que ocupa cerca de 33 mil quilômetros quadrados, área equivalente à de Alagoas e do Distrito Federal somados – é quase inteiramente coberto por mata nativa.

A TI Kayapó convive com surtos esporádicos de garimpo há décadas. Segundo a Funai, porém, a atividade alcançou níveis sem precedentes nos últimos meses.

A BBC Brasil acompanhou uma operação contra o garimpo na área na semana passada. De helicóptero ou avião, veem-se as enormes clareiras com lagos artificiais abertos pelas escavadeiras. Algumas frentes de garimpo têm cerca de 40 quilômetros quadrados, o equivalente a dez campos de futebol. Nos rios que cruzam a terra dos kayapó, cerca de 90 balsas reviram o solo em busca do metal.

Os agentes do Ibama e da Funai desceram em algumas minas e deram prazo de dez dias para que os garimpeiros deixassem o local. Os órgãos estimam que haja na terra indígena entre 4 e 5 mil garimpeiros, o equivalente a quase um terço do total de índios na área (16 mil). Segundo os agentes, quem ficar será expulso e terá seus equipamentos destruídos.

Moradores da região dizem que o garimpo poluiu os rios e reduziu drasticamente o número de peixes. Para separar e aglutinar o metal, garimpeiros usam mercúrio e cianeto, duas substâncias tóxicas.

CONT.

“O garimpo é o ilícito ambiental mais grave que o Ibama enfrenta hoje no país”, diz à BBC Brasil o diretor de proteção ambiental do órgão, Luciano de Menezes Evaristo.

Evaristo cita, além da destruição causada pela atividade, suas consequências sociais. “O garimpo traz no seu bojo uma decadência: com ele vêm o tráfico de drogas, a prostituição e a exploração do trabalho infantil.”

O diretor do Ibama afirma que os casos de garimpo no país têm se multiplicado, especialmente no Pará. Segundo Evaristo, outro ponto crítico no Estado é a bacia do rio Tapajós, no oeste paraense, onde há pelo menos 3 mil frentes da atividade.

O diretor do Ibama atribuiu o surto ao bom preço do metal. Considerado um investimento seguro em tempos de instabilidade na economia, o ouro valia cerca de US\$ 800 dólares a onça (31 gramas) no fim de 2007. Hoje vale US\$ 1.297.



Moradores da região dizem que o garimpo poluiu os rios e reduziu drasticamente o número de peixes

Índios divididos

Na semana passada, a BBC Brasil acompanhou uma reunião na sede da Funai em Tucumã em que o Ibama informou autoridades locais e cerca de 15 líderes kayapós sobre a operação contra o garimpo.

Alguns índios se queixaram da ação e disseram que a atividade ajuda a sustentar suas aldeias. Segundo eles, os garimpeiros pagam às comunidades um percentual de seus lucros.

O cacique Niti Kayapó, da aldeia Kikretum, afirmou que o dinheiro do garimpo tem lhe ajudado a pagar o aluguel de tratores usados na colheita de castanha – atividade que, segundo ele, é a principal fonte de renda de sua comunidade.



“Eu preciso ter alguma coisa para a comunidade. Se vocês (governo) disserem que têm um projeto de 300, 500 mil reais para nós, a gente vai lá e tira os garimpeiros. Mas vocês não têm.”

Houve um bate-boca quando um índio disse que o garimpo em área vizinha à sua aldeia tinha poluído a água usada por sua comunidade. A maioria dos líderes presentes assinou uma carta pedindo que os garimpeiros fossem expulsos da TI.

Na reunião, os índios também pediram às autoridades que pressionassem a mineradora Vale a executar seu plano de compensação por ter implantado uma mina a 34 quilômetros da TI.

Para mitigar o impacto na área da mina Onça Puma, que produz ferroníquel, a empresa se comprometeu, entre outras ações, a construir uma casa de apoio para indígenas em Ourilândia do Norte e financiar projetos de geração de renda nas aldeias.

CONT.

Segundo a Funai, as ações, que vêm sendo negociadas há quase uma década, custarão cerca de R\$ 3,5 milhões. Nesta semana, 70 índios foram à sede da mineradora em Redenção para reforçar a cobrança. Em nota à BBC Brasil, a mineradora disse que o plano começará a vigorar em agosto.

Os índios também cobram da estatal Eletrobrás e do consórcio Norte Energia que cumpram o compromisso de financiar projetos de geração de renda nas aldeias. O acordo é uma contrapartida pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, que fica a cerca de 500 quilômetros da TI Kayapó, rio Xingu abaixo.

Em nota, a Eletrobrás afirmou que os projetos devem ser pactuados com os índios até o fim de 2014 e executados a partir de 2015. Serão destinados R\$ 1,5 milhão por ano às ações, ao longo de três anos.

Segundo Thaís Dias Gonçalves, coordenadora geral de monitoramento territorial da Funai, somente serão contempladas pelos programas da Vale e da Eletrobrás/Norte Energia as aldeias que não tenham qualquer envolvimento com o garimpo.

Ela afirma, no entanto, que os programas não serão capazes de competir com o garimpo em volume de recursos.

Para Gonçalves, erradicar a atividade na área de uma vez por todas exige um trabalho de inteligência policial, que identifique quem está lucrando com o negócio. “Tanto o garimpeiro quanto o indígena envolvido são parte muito pequena de uma cadeia fortíssima.”



MS – Justiça suspende reintegração de área retomada pelos Terena na Terra Indígena Pilad Rebuá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.08.2014

Fazenda em Miranda está ocupada por terena desde outubro de 2013. Liminar foi suspensa por 40 dias para juiz analisar pedidos de partes.

O juiz da 4ª Vara Federal de Campo Grande Pedro Pereira dos Santos suspendeu, por 40 dias, decisão liminar que concedia reintegração de posse da [área ocupada pela] fazenda Santo Antônio, ocupada [retomada] por indígenas da etnia terena em Miranda, a 195 km de Campo Grande, desde outubro de 2013. A decisão foi dada após audiência de conciliação entre a proprietária, lideranças indígenas e o Ministério Público Federal (MPF) nesta quinta-feira (31).

Na audiência, indígenas apresentaram a proposta de permanecer na área por mais um ano, para garantir a colheita das plantações feitas na área. Já o MPF propôs que a Fundação Nacional do Índio (Funai) pague um aluguel para a dona da fazenda até que sejam concluídos os estudos antropológicos de demarcação da área.

A liminar de reintegração de posse foi concedida no dia 16 de julho e suspenda provisoriamente até que o juiz analise os pedidos feitos na audiência.

Ocupação

Um grupo de índios terena ocupou [SIC] a fazenda no dia 9 de outubro de 2013. Na época da ocupação [SIC], a liderança indígena Paulinho Terena disse ao G1 que os índios são da aldeia Moreira, onde vivem aproximadamente 2,2 mil pessoas em uma área com 94 hectares.

Conforme a liderança, a área faz parte [da] Terra Indígena Pillad Rebuá, identificada pela Funai com 10,4 mil hectares. Os indígenas cobravam a presença de técnicos do órgão no local e podem ampliar o número de áreas ocupadas.

Por meio da assessoria, a Funai, em Brasília, informou que a área em questão não possui relatório antropológico e confirmou que encontra-se em estudo de identificação e delimitação da terra, mas falta complementação ao levantamento como análises de natureza antropológica, ambiental e cartográfica. Segundo a Funai, providências para estas ações estão sendo adotadas.



Questão indígena ganha destaque no terceiro dia da Flip

SÍTIO BEM PARANÁ, 01.08.2014

Ditadura no Brasil, questão indígena e culinária são alguns dos destaques de hoje (1º) da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), que termina no domingo (3).

A primeira mesa que a Flip dedicada aos índios e à Amazônia reúne, às 15h, a fotógrafa suíça Claudia Andujar e o xamã indígena Davi Kopenawa, pajé e presidente da Hutukara Associação Yanomami. Ela fez um trabalho de saúde preventiva em terras Yanomami, em Roraima. Cada índio foi marcado com uma numeração no intuito de ajudar a combater o avanço de epidemias causadas pela abertura de uma estrada, em meados dos anos de 1970. Ela transformou o trabalho no livro Marcados – nome também escolhido para a mesa. A publicação serviu de alerta para o mundo sobre a situação dos índios que pareciam “marcados para morrer”, segundo ela.

No circuito paralelo da FlipMAis, a mesa Em Nome do Pai reúne às 20h o engenheiro Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, morto durante a ditadura militar, e o escritor Marcelo Rubens Paiva, filho do deputado Rubens Paiva, torturado pelo regime militar e ainda desaparecido. A medição será feita por Zuenir Ventura.

No circuito paralelo da FlipMAis, a mesa Em Nome do Pai reúne às 20h o engenheiro Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, morto durante a ditadura militar, e o escritor Marcelo Rubens Paiva, filho do deputado Rubens Paiva, torturado pelo regime militar e ainda desaparecido. A medição será feita por Zuenir Ventura.

Mais tarde, às 21h30, o cineasta Cacá Diegues e o músico Edu Lobo, que lançam livros de memórias durante a Flip, falam de seus desafios pessoais e profissionais ao longo de 50 anos.

A culinária também tem lugar na programação principal deste terceiro dia de mostra, com o ensaísta norte-americano Michael Pollan que falará ao meio-dia da importância do ato de cozinhar e de fazer refeições ao redor da mesa, como bases de nossa noção atual de civilização.

Na Flipzona, programação dedicada aos jovens, estão previstas leitura dramatizada da obra de Millôr Fernandes – homenageado desta edição – por jovens de Paraty e mesas sobre imagem e texto e astronomia. Na programação infantojuvenil da Flipinha, as escritoras Bia Bedran e Marilda Castanha falam de música e literatura e, durante todo o dia, haverá musicais e peças de teatro encenadas por alunos de escolas da cidade.



No RS, Campos foge de questão indígena e poupa Marina

SÍTIO REVISTA VEJA, 01.08.2014

Na capital gaúcha, os candidatos participaram de evento com defensores da remoção de índios em terras de agricultores familiares, opinião que vai de encontro com posicionamento da ex-senadora

Forte defensora dos direitos indígenas, a candidata a vice-presidente pelo PSB Marina Silva participou nesta quinta-feira de um encontro com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), em Porto Alegre (RS), onde dividiu a tribuna com defensores da remoção de índios em terras de agricultores familiares. Ao fim do encontro, diferentemente de Eduardo Campos e do candidato ao Senado pelo PSB Beto Albuquerque, a ex-ministra do Meio Ambiente não posou para fotos usando o boné da entidade.

Durante o evento, o presidente da Fetag, Carlos Joel da Silva, defendeu que o conflito que atinge diversos Estados do país, incluindo o Rio Grande do Sul, seja solucionado sem afetar os pequenos produtores. "Queremos garantir que a terra não seja retirada dos agricultores familiares. Os índios têm uma área demarcada, mas em algumas regiões eles querem expandi-la. Os índios vivem da mata, mas estão arrendando terras para os grandes agricultores", disse.

Na tentativa de evitar algum constrangimento, Campos não tratou do mérito da controvérsia, mas jogou a culpa do conflito sobre os ombros do Palácio do Planalto. "Tem alguém no desenrolar da eleição colocando uma visão que não é a nossa sobre essa questão da área de conflitos com assentamentos feitos pelo próprio governo brasileiro. Eu quero deixar muito claro que essa situação está chegando nesse limite por omissão do governo federal. Faltam políticas. Nós precisamos garantir o direito dos índios e também dos agricultores familiares", afirmou.

Em abril deste ano, dois agricultores gaúchos foram mortos após um conflito com indígenas na região de Faxinalzinho, no Norte do Rio Grande do Sul. O assunto da demarcação de terras foi parar nas mãos do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ainda segue indefinido.

Divergências — Os "dilemas éticos" entre Campos e Marina, principalmente aqueles relacionados à área ambiental, já eram previstos no início da união e foram confirmados com o veto da ex-senadora a diversas alianças nos palanques estaduais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Marina impediu a união com a favorita ao governo, a candidata Ana Amélia (PP), por ela ser fortemente ligada ao agronegócio e ter defendido, no Congresso Nacional, o Código Florestal.

Questionada pelo site de VEJA, Marina negou a existência de um desconforto: "O Eduardo respondeu que não vai se omitir diante dos graves problemas. É com base no princípio de Justiça que haverá o diálogo. Os direitos têm de ser observados. Tanto para os índios, que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

historicamente foram marginalizados e massacrados, quanto para os agricultores, que o governo cometeu no passado o erro de assentá-los em terras indígenas. O diálogo nunca me causa um desconforto”, disse a ex-senadora.



Aguilera destaca programa ambiental criado pela Coordenadoria Indígena

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 01.08.2014

Na terça-feira (28), o vereador Aguilera de Souza (PSDC) participou do lançamento do programa "Monitores Ambientais", desenvolvido pela Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas em parceria com as prefeituras de Dourados e de Itaporã, Corpo de Bombeiros e Ministério Público Federal.

O vereador lembrou a importância do trabalho que a comunidade indígena tem feito, por meio da Coordenadoria. "Nossa batalha pela criação da Coordenadoria de Assuntos Indígenas tem sido recompensada a cada dia; Os projetos estão sendo desenvolvidos e os resultados estão começando a aparecer", comemora.

O projeto tem como público alvo os estudantes e professores das escolas indígenas e pesquisadores de diversas áreas, e investe na formação, por meio de cursos, palestras, oficinas e aulas práticas, capacitando-os como monitores ambientais e tornando-os aptos a detectar ações de impactos ambientais e, assim, proteger a natureza por meio da fiscalização contínua das áreas em processo de revitalização.

"O meio ambiente é uma das bandeiras do meu mandato e cada vez mais essa luta tem sido cobrada pela comunidade. Nosso futuro e o futuro de nossos filhos dependem de projetos como esse, que protejam a natureza e a fauna e, principalmente, os recursos hídricos. Com pequenas ações já começamos a construir um grande amanhã", ressalta Aguilera de Souza.

Aguilera tem reivindicado ao executivo municipal, ações que colaborem com espaços naturais, como praças, campos e recuperação de nascentes. Essas ferramentas podem trazer interação entre a comunidade indígena e os recursos naturais. Além de garantir espaço para atividades esportivas e de lazer para as famílias da Reserva Indígena de Dourados.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2014

Brasília, 01 de agosto de 2014.

Mais um indígena morre atropelado na Perimetral Norte

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 01.08.2014

Izaias Brites, de 42 anos, morreu atropelado por uma Van, na noite desta quinta-feira (31), na Perimetral Norte em Dourados (MS).

O indígena, morador na Aldeia Jaguapiru, seguia de bicicleta próximo a Unei Laranja Doce. Quando tentou atravessar a pista, foi atingido pelo veículo, conduzido por um homem de 41 anos.

A vítima foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada ao Hospital da Vida, mas morreu momentos depois de receber atendimento.



Novo conflito na Reserva Indígena do Ligeiro em Charrua

SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 01.08.2014

Um novo conflito acontece na Reserva Indígena do Ligeiro em Charrua.

Segundo informações de uma moradora de Charrua, desde ontem índios estão em conflito dentro da Reserva.

Em contato com o administrador da Funai em Passo fundo, Sr Roberto Perin informou à Rádio Tapejara que realmente aconteceram conflitos e nesta madrugada três casas foram incendiadas, sendo uma delas do Cacique.

Relatou ainda que o motivo é sempre o mesmo: conflitos com a liderança.

Perin revelou que uma reunião de emergência será realizada na tarde de hoje na sede da Funai em Passo Fundo, com todos os cacique das reservas do Estado e promete: "Hoje daremos um fim, de uma vez por todas, com os conflitos", afirma Perin.

Fonte: Rádio Tapejara.